

«Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

9 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar será a avaliação curricular.

9.1 — Na avaliação curricular são obrigatoriamente consideradas e ponderadas a habilitação académica de base, a experiência profissional e a formação profissional. O júri do concurso pode, se assim o entender, considerar a classificação de serviço como factor de apreciação na avaliação curricular.

10 — Sistema de classificação:

10.1 — Os resultados obtidos na aplicação do referido método de selecção são expressos na escala de 0 a 20 valores.

10.2 — A classificação final é também expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples ou ponderada da classificação obtida no método de selecção acima referido.

10.3 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta da reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11 — A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos dos artigos 33.º, 39.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente — Maria Cecília da Mota Palmeiro, supervisora do Agrupamento de Zonas Agrárias do Pinhal e Beira Serra. Vogais efectivos:

- 1.º Maria Silvina Gaspar das Neves, técnica superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro.
- 2.º Maria Margarida Lemos Gomes Favila Vieira Raposo, técnica superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro.

Vogais suplentes:

- 1.º Nuno Jorge Lopes Neves, técnico superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro.
- 2.º Regina Célia Oliveira dos Reis Esteves Santos, técnica superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro.

13.1 — A presidente do júri será substituída, nas suas faltas ou impedimentos, pela 1.ª vogal efectiva.

21 de Fevereiro de 2005. — O Director Regional, *Leonel Amorim*.

Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes

Despacho n.º 4763/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que estabelece o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, nomeio, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, o seguinte titular do cargo de direcção intermédia:

Maria Aurora Mendes de Sousa, licenciada em Medicina Veterinária, chefe de divisão de Intervenção Veterinária do Douro Sul.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 2005. — O Director Regional, *Fernando Franco Martins*.

Escola de Pesca e de Marinha do Comércio

Despacho (extracto) n.º 4764/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 22 de Fevereiro de 2005:

Luís Miguel Malão Amaral Ribeiro, estagiário da carreira técnica superior — nomeado técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Escola de Pesca e Marinha do Comércio após aprovação em estágio, com produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Fevereiro de 2005. — O Director, *Carlos Seródio*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas

Despacho (extracto) n.º 4765/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Fevereiro de 2005 do presidente do INIAP, os assistentes de investigação abaixo mencionados, contratados por contrato administrativo de provimento, deste Instituto, foram nomeados definitivamente no quadro de pessoal do ex-INIA investigadores auxiliares, com efeitos respectivamente às datas a seguir mencionadas:

Isabel Maria Vitória Duarte Maças — 6 de Maio de 2004.

Maria de Lurdes Conceição Costa Ramos dos Santos — 24 de Setembro de 2003.

José Manuel Couto Silvestre — 16 de Dezembro de 2003.

Maria de Lourdes Costa da Silva G. Rocha — 30 de Janeiro de 2004.

Ilda Maria Justino Caldeira — 19 de Julho de 2004.

Alberto de Macedo Azevedo Gomes — 3 de Dezembro de 2004.

Sandra Cristina Pires dos Santos C. Gonçalves — 8 de Abril de 2003.

Sara Maria de Almeida Lopes Canas — 11 de Novembro de 2003.

Miguel Maria Nugent Pestana Silva — 5 de Abril de 2004.

Natália Garcia de Matos — 23 de Julho de 2004.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Fevereiro de 2005. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vitor Lucas*.

Despacho (extracto) n.º 4766/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Fevereiro de 2005 do presidente do INIAP, foram nomeados investigadores auxiliares os assistentes de investigação abaixo mencionados, contratados por contrato administrativo de provimento, da Estrutura Pescas e Mar, deste Instituto, com efeitos, respectivamente, às datas a seguir mencionadas, para lugares do ex-quadro do IPIMAR, e lugares supranumerários:

Carlotla da Silva Cortesão, quadro, 20 de Outubro de 2003.

Ivone Maria Figueiredo Silva Rosa, quadro — 20 de Outubro de 2003.

Joaquim Manuel Pires dos Santos Parente, quadro — 11 de Dezembro de 2003.

António Manuel da Cunha Ávila de Melo, supranumerário — 1 de Abril de 2004.

Maria Aida Viana da Silva Campos, supranumerário — 23 de Abril de 2004.

Maria Ana de Castelo Branco, supranumerário — 28 de Abril de 2004.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Fevereiro de 2005. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vitor Lucas*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção-Geral de Formação Vocacional

Despacho n.º 4767/2005 (2.ª série). — Nos termos da Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, compete à Direcção-Geral de Formação Vocacional a concepção e implementação de um sistema nacional de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas pelas pessoas adultas, em vários contextos de vida, bem como a instalação de uma rede nacional de centros de reconhecimento, validação e certificação de competências (centros RVCC), a partir da criação de centros RVCC por entidades públicas ou privadas. Neste âmbito, foram realizados três concursos nacionais de acreditação de entidades potenciais promotoras de centros de reconhecimento, validação e certificação de competências:

1.º concurso — 2001 — identificação das 22 entidades que criaram centros RVCC neste mesmo ano e 14 que criaram centros RVCC em 2002;

2.º concurso — 2002 — identificação de 14 entidades que criaram centros RVCC em 2003, 14 que criaram centros RVCC em 2004 e 14 que irão criar centros RVCC em 2005;

3.º concurso — 2003 — identificação de 1 entidade que criará 1 centro RVCC na NUT III Trás-os-Montes, no sentido de completar a rede de centros co-financiada (84 centros negociados entre o Estado Português e a Comissão Europeia no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio).

Assim, no decorrer da actividade dos centros RVCC, promovidos pelas entidades previamente acreditadas, foi esta Direcção-Geral confrontada com algumas questões que vão obrigar a realizar ajustamentos para que possam cumprir os objectivos e metas previamente definidos, nomeadamente de acordo com o determinado ao abrigo da Portaria